

## A INCLUSÃO NO CONTEXTO FAMILIAR E EDUCACIONAL E SEUS DESAFIOS

Soleika Gorete Lunkes<sup>1</sup>  
Diogenes José Gusmão Coutinho<sup>2</sup>  
José Gilmar Kurtz<sup>3</sup>  
Robervane Araujo Rocha<sup>4</sup>  
Silvana Lamp Stael<sup>5</sup>  
Emanuelli Krackhecke Bonoldi<sup>6</sup>  
Márcia Meire Fernandes Camargo<sup>7</sup>  
Erica Beathalter Klein<sup>8</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo abordar a questão da deficiência e da inclusão que tem sofrido mudanças através dos tempos. Mudanças em todos os sentidos: na tecnologia disponível para minimizar seus efeitos e na visão que se tem hoje das pessoas que têm qualquer deficiência. Aqui, tomaremos contato com a história dinâmica da Educação Especial: crenças e valores do século passado já não determinam formas de se comportar diante da deficiência; dos conceitos de deficiência, do papel da família no processo de aceitação e inclusão, da escola e seus colaboradores e ainda, da legislação atual que trata sobre o tema. Estamos construindo uma nova história, em que a diferença é a tônica e o respeito a ela deve existir na relação entre os homens. O avançar da história culmina, também, na construção de um corpo de leis que determinam formas que a sociedade deve obedecer no convívio com pessoas com deficiência. Para a realização deste estudo foi utilizado como metodologia a revisão da literatura, onde ideias de diferentes autores permite a reflexão e a autoanálise tanto para profissionais da educação que se vêm agora com salas de aulas múltiplas, com alunos especiais; quanto para as famílias que passam a ver de outra maneira a inclusão e seus benefícios.

**Palavras-chave:** Deficiência. Inclusão. Família. Legislação. Educação especial.

<sup>1</sup> Graduada em Tecnologia em Gestão Ambiental pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR (2011), Graduação em Licenciatura em Química pela UTFPR (2016), Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela UTFPR (2017) e Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Alfamérica (2019). Mestre pela Universidad Europea del Atlántico UNEATLANTICO (2023). Especialista em Educação Especial pela Bagozzi (2016), Especialista em Educação do Campo pela Bagozzi (2016), Especialista em Gestão Escolar pela UCESP (2016) e Especialista em Psicomotricidade pela Faculdade São Luíz (2016). Atualmente é doutoranda em CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO pela Christian Business School. Atua como docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Pedro Álvares Cabral – EMPAC/Santa Helena – PR e como docente na Educação Infantil na Escola Municipal Dona Leopoldina – Itaipulândia – PR.

<sup>2</sup> Doutor em biologia pela UFRPE. Mestre em biologia pela UFPE. Doutor em biologia pela UFPE. Atualmente é Professor Dr. Na Christian business School.

<sup>3</sup> Graduado em Educação Física pela Uniguaçu Faesi (2008). Licenciado em Filosofia pela Unipar - Universidade Paranaense (2018). Especialista em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia e Educação do Campo pela Faculdade São Luís (2020). Licenciado em Pedagogia pela União Brasileira de Faculdades – UNIMESTRE – Sistema de Gestão Educacional, 2023.

<sup>4</sup> Graduado pelo Instituto Federal do Ceará - IFCE. Especialista em Matemática Financeira e Estatística e mestre pela Universidade Europeia del Atlântico UNEATLANTICO (2024).

<sup>5</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco (2009), Especialização em Educação Especial UNIVALE - Faculdade Integradas do Vale do Ivaí (2011), Especialista em Arte Inclusão e Educação do Campo pela FICA - Faculdade Integradas Camões (2014), Especialista em Ensino Lúdico pela Faculdade de Educação São Luís. Jaboticabal – SP (2019). Atua como docente na Educação Infantil na Escola Pedro Álvares Cabral - Santa Helena - PR. Mestranda pela Universidad Europea del Atlántico UNEATLANTICO, (2024).

<sup>6</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista (2020), Especialista em Alfabetização e Letramento pela UNOPAR (2021), Especialista em Neuropsicopedagogia pela UNINA (2022), Especialista em Coordenação Pedagógica pela UNINA (2023), Mestranda em Educação pela Universidad Europea del Atlántico UNEATLANTICO (2024 - Atualmente). Atua como docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Pedro Álvares Cabral – EMPAC/Santa Helena – PR.

<sup>7</sup> Graduada em Pedagogia pela universidade Castelo Branco (2012). Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Fica-Faculdade Integradas Camões (2014), especialista em Educação Infantil pela Faculdade de Educação São Luís/Jaboticabal - SP (2018), e Especialista em Educação do Campo pela Faculdade de Educação São Luís/ Jaboticabal - SP (2018). Atua como docente na Educação Infantil na Escola Pedro Álvares Cabral- Santa Helena -PR. Cursando Mestrado pela Universidad Europea del Atlántico UNEATLANTICO (2024).

<sup>8</sup> Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco (2009). Mestranda pela Universidad Europea del Atlántico UNEATLANTICO (2024). Especialista em Psicopedagoga pela Faculdade Celer (2010) e Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade São Braz (2014). Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental/ Anos Iniciais desde 2003. Atualmente, atua como gestora educacional na Escola Municipal Pedro Álvares Cabral – Educação Infantil e Ensino Fundamental/Santa Helena.

**ABSTRACT:** This work aims to address the issue of disability and inclusion, which has undergone changes over time. Changes in every sense: in the technology available to minimize its effects and in the view we have today of people who have any disability. Here, we will come into contact with the dynamic history of Special Education: beliefs and values from the last century no longer determine ways of behaving in the face of disability; the concepts of disability, the role of the family in the process of acceptance and inclusion, the school and its collaborators and also the current legislation that deals with the topic. We are building a new story, in which difference is the keynote and respect for it must exist in relationships between men. The progression of history also culminates in the construction of a body of laws that determine the ways in which society must obey when interacting with people with disabilities. To carry out this study, a literature review was used as a methodology, where ideas from different authors allow reflection and self-analysis for both education professionals who now find themselves with multiple classrooms, with special students; as well as for families who start to see inclusion and its benefits in a different way.

**Keywords:** Disability. Inclusion. Family. Legislation. Special education.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, impulsionada pela defesa do direito de todos os educandos de estarem juntos. Constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos e reconhece que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, no sentido de mobilizar debates sobre a sociedade atual e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. Nesse sentido, a organização das escolas passa a ser repensada, provocando uma mudança estrutural e cultural de toda a escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. De acordo com Kassar e Sasaki (2002, p.201), historicamente a escola se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de poucos. A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento substitutivo ao ensino comum. Essa organização instituiu formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados em testes psicométricos e por meio de diagnósticos que acabavam por rotular e segregar os alunos com deficiência.

O termo Inclusão traz à tona os mais diversos conceitos e concepções, variando de forma significativa de acordo com o contexto histórico, político, geográfico e cultural. O contexto atual nos remete a repensar a organização da sociedade, tendo em vista a construção de um mundo mais humano, democrático e acessível a todos. Tal reflexão problematiza e denuncia práticas excludentes em um mundo repleto de dispositivos legais que trazem no seu arcabouço jurídicos princípios, finalidades que garantem uma sociedade justa e solidária. A inclusão é um tema de grande relevância para a sociedade, considerando a complexidade e a falta de informações sobre o assunto.

A trajetória de luta em busca da educação e principalmente da luta pelos seus direitos como cidadãos, apesar de suas deficiências, deve-se ao determinante papel exercido pelas instituições particulares e de caráter filantrópico. Foram estas que organizaram grandes 9 movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência e trouxeram para o eixo das discussões os direitos tão sonogados ao longo do tempo, denunciando a discriminação, o preconceito e a falta de programas educacionais básicos. (Fumegalli, 2012, p. 9)

Assim, este artigo busca compreensão de como é o processo de construção de uma escola inclusiva, que na verdade não é assim tão fácil, e segundo Alves (2015, p.7) precisa dos principais ingredientes da receita: vontade de que as coisas realmente aconteçam, perseverança, fé, entusiasmo, superação, não pode haver nenhum tipo de discriminação ou preconceito, entre outros ingredientes, resumindo, precisa-se ter vontade, é querer, é acreditar que pode dar certo e o mais importante ter consciência de que muito já se está sendo feito mais ainda é pouco, existe grande distância entre o real e o ideal, é perceber que se irá errar muitas vezes e fracassar, mas é ter coragem para reconhecer que errou e seguir em frente. Pois como já dizia Paulo Freire “Todos nós sabemos alguma coisa, todos nós ignoramos alguma coisa, por isso aprendemos sempre”. Todos possuem limitações, ninguém é perfeito.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial elaborou em 2007, um documento norteador para os sistemas de ensino, intitulado: A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com a finalidade de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. Esse documento segue as normas internacionais de uma educação pensada para atender as necessidades individuais de todos os sujeitos que compõem a diversidade escolar, neste caso, educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Apesar da existência de diversos preceitos legais e políticas educacionais inclusivas, ainda há um caminho longo a percorrer no sentido de se vislumbrar um cenário que atenda e garanta aos educandos com necessidades educacionais especiais, currículos, métodos e estratégias pedagógicas que venham ao encontro de suas peculiaridades, objetivando a eficácia no que se refere ao acesso, permanência e sucesso a todos os alunos, com ou sem deficiência.

Portanto, este trabalho traz contribuições significativas para a reflexão a respeito de quem são as pessoas com deficiência e o processo histórico de tratamento e compreensão, desmistificando a ideia de que pessoa com deficiência deve ser vista apenas como objeto da filantropia e reconhecendo o fenômeno da deficiência como produto histórico e social.

## 2 JUSTIFICATIVA

O tema se faz muito importante, pois a inclusão no contexto familiar e educacional traz desafios principalmente porque envolve a necessidade de reconhecer e atender às diferentes necessidades e capacidades das pessoas envolvidas. No contexto familiar, por exemplo, pode ser desafiador ajustar as dinâmicas e as expectativas para incluir membros com necessidades especiais ou diferentes. No ambiente educacional, os desafios incluem a adaptação do currículo, a formação adequada de professores para lidar com diversidade e a garantia de acessibilidade física e emocional para todos os alunos. Além disso, a inclusão muitas vezes requer uma mudança de mentalidade e um esforço contínuo para promover um ambiente verdadeiramente inclusivo e acolhedor para todos.

## 3 OBJETIVOS

### 3.1 Objetivo Geral

Este artigo tem por objetivo promover a compreensão e a prática de inclusão como um processo que visa garantir a participação equitativa e o pleno desenvolvimento de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais.

2788

### 3.2 Objetivos Específicos

Promover a sensibilização de pais, educadores e comunidades sobre a importância da inclusão e os benefícios de um ambiente diversificado e acolhedor, além de discutir estratégias e práticas inclusivas apresentando métodos eficazes para adaptar o ambiente educacional e familiar, de modo a atender às necessidades de todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiências, dificuldades de aprendizagem, ou outras diferenças. Explorar políticas e legislação que promovem a inclusão, destacando desafios que já enfrentamos ao longo do tempo e áreas que precisam de melhorias.

## 4 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho é baseada na pesquisa teórica, englobando todos os tipos de pesquisa que se baseiam em procedimentos de caráter teórico para a obtenção dos resultados e também na pesquisa básica. Análise de artigos, revistas, livros e sites que dissertam sobre o tema abordado.

## 5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 5.1 Pessoa com deficiência: dos maus tratos à inclusão

Apesar dos avanços educacionais obtidos pelos países emergentes que tem um índice menor de desenvolvimento econômico e social, ainda convivemos com obstáculos grandes para assegurar o direito à uma escola de boa qualidade para todos, o que pode ser constatado nos altos índices de fracasso escolar e esse problema, atinge também a educação especial. De acordo com Carvalho (2010, p. 37) as várias mudanças de tendências nos paradigmas educacionais têm provocado uma série de reflexões e de substituições dos termos, até então empregados.

A questão da terminologia sempre foi objeto de controvérsias, embora a busca de novas denominações buscam identificar os sujeitos sem estigmatizá-los mas, nem sempre foi assim. De acordo com o Caderno Educação Especial: história, etiologia, conceitos e Legislação Vigente do Ministério da Educação (2008), na Pré História como os povos eram nômades e viviam da caça e pesca, acabavam abandonando as crianças com deficiência para morrerem, já que não conseguiriam acompanhar a tribo e na Antiguidade as crianças com deficiência eram lançadas do alto dos rochedos pelos Espartanos, e pelos Atenienses, eram rejeitadas e abandonadas em praças públicas, pois neste período os ideais de beleza atlética não condiziam com as crianças deficientes, consideradas subumanas o que legitimava a sua eliminação.

2789

Na Idade Média com os milagres de Cristo, as pessoas com deficiência ganharam alma e eliminá-las era ir contra a divindade presente nelas. Mesmo assim, no período da inquisição, igreja com seu "Diretorium" prescrevia tortura, fogueira e confisco de bens quando uma pessoa dava respostas sem nexos e o manual de semiologia considerava sinais de malformação física ou mental como ligação com o demônio, levando muitos com esta deficiência para a fogueira.

A Idade Moderna foi marcada por estudos de Paracelso, que considerava a deficiência mental um problema médico e digno de tratamento, e dos estudos de Cardano que concordava com a tese de Paracelso e se preocupava com a educação das pessoas com deficiência. Mas, mesmo com os estudos de Thomas Willis que mostraram que a deficiência vinha de eventos neurais, ainda prevaleciam atitudes religiosas. John Locke e seu seguidor Condillac profundaram os conceitos de que a mente humana deve ser preenchida através da

educação.

Na Idade Contemporânea, é ser importante destacar os estudos de Philippe Pinel, considerado o pai da psiquiatria que disse que os que sofriam de perturbações mentais deveriam ser tratados como doentes e não de forma violenta, Esqueirol avança ao dizer que a idiotia não é uma doença e sim um estado. Já Edouard Séguin, criticava estas teorias, sistematizando a metodologia da Educação Especial. Por influência destes autores começam a surgir várias escolas para crianças com deficiência mental. Apesar de todo o progresso, a deficiência ainda carrega marcas de maldição, castigo e hereditariedade inevitável, justificando muitas esterilizações como medida preventiva.

No Brasil, a influência dos europeus era forte e também havia muito abandono e morte de crianças deficientes. A criação da roda dos expostos no Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, levou estas crianças a serem cuidados pelos religiosos. Depois, apesar da criação de escolas próprias para o atendimento destas crianças, muitas continuavam a ser cuidadas em casa ou institucionalizadas. Com as idéias da escola nova, a Psicologia da Educação ajudava a detectar as pessoas com deficiência. Em 1954 Helena Antipof, criou a Sociedade Pestalozzi influenciando a criação da APAE. Até a década de 1960 os deficientes eram totalmente segregados quanto a educação e depois com o ideário da Educação para Todos houve a implantação das classes especiais nas escolas públicas. Até os anos 80, havia muita retirada de alunos da classe regular para coloca-los em escolas especiais, aumentando a segregação e exclusão. Com a Constituição de 1988 e o estatuto da Criança e do adolescente os direitos como atendimento para os portadores de deficiência em na rede regular de ensino. Também a LDB de 1996 reitera isso. A partir daí até hoje houve um aumento significativo nas matrículas de especiais em Escolas regulares/ Classes comuns, favorecendo a educação inclusiva.

## 5.2 O papel da família da criança com necessidades especiais

Os pais de crianças com necessidades educativas especiais enfrentam inúmeros desafios e situações difíceis, circunstâncias com que os outros pais nunca se depararão. Uma criança que apresenta uma determinada problemática — particularmente se esta é severa — pode ter um impacto profundo na família e as interações que nela se estabelecem podem, com frequência, produzir intensa ansiedade e frustração. Desta forma, é provável incida

sobre a estrutura familiar uma tensão indevida. Devido ao considerável esforço a que a condição da criança obriga, as relações familiares tanto se podem fortalecer como se podem desintegrar. Enquanto alguns pais são capazes de ser bem sucedidos ao proceder à necessária adaptação, revelando-se consideravelmente realistas, outros encontram-se menos preparados para aceitar o desafio que uma criança deficiente representa para a família.

A maior parte dos pais idealiza a criança que vai nascer como um ser perfeito. Quando a esta é diagnosticada uma determinada problemática, pode ter lugar um vasto número de reações. A um choque inicial, segue-se, normalmente, a rejeição e a incredulidade culminando na dor. Se os pais recusam aceitar a problemática da criança, podem ser estabelecidos objetivos que, dada a impossibilidade de serem atingidos, irão exercer sobre esta uma pressão desnecessária. A criança pode, por exemplo, ser inscrita em atividades extracurriculares, como dança ou karatê, que obrigam a um desempenho não compatível com as suas capacidades. Com frequência, só quando a criança é mais velha e se relaciona com companheiros da mesma idade é que a problemática que apresenta se torna mais evidente para os pais. Os profissionais sentem extrema dificuldade em orientar os pais, enquanto estes se recusam a admitir que o seu filho ou filha tem necessidades educativas especiais ou NEE. Por estas razões, é importante que os educadores estejam igualmente sensibilizados para os problemas dos pais e os ajudem a estabelecer para os seus filhos objetivos académicos e sociais razoáveis (Kassar e Sasaki, 2002, p. 13).

Com uma criança com NEE, a tendência é optar pela superproteção, frequentemente superior à que a situação exige. Os pais, assim como os professores, podem sentir a necessidade de proteger a criança de qualquer fracasso ou rejeição. Desta forma, esta é mantida à margem de qualquer atividade competitiva na qual pode existir o risco de a problemática se tornar óbvia ou de se registar qualquer fracasso. A superproteção, porém, impede a existência de oportunidades para resolver problemas e tomar decisões e não potencia a independência da criança, nem o seu desenvolvimento social e emocional.

“Para que uma criança com NEE cresça social e emocionalmente, é necessário que os pais e os professores compreendam que esta não necessita de ser alvo de um maior grau de proteção, precisando, sim, que essa proteção seja menos ativa” (KASSAR e SASSAKI, 2002, p.201). O fato de se ser menos protetor permite que a criança se torne mais autoconfiante e mais segura de si própria. Apesar de a criança nem sempre ter sucesso em situações competitivas, sentir-se-á bem sucedida pelo fato de ter participado, desde que seja enfatizado o desempenho e não a sua problemática. Sempre que possível, é necessário que seja dada à criança a oportunidade de se integrar nas diferentes vivências.

Infelizmente, muitos pais não aceitam o fato de que, eles próprios, têm direito a viver

uma vida normal. Apesar de a sua vida familiar poder ter sofrido um forte impacto, existem inúmeros profissionais e grupos de apoio que os podem ajudar a adaptar-se à nova realidade. Os pais podem ser aconselhados e apoiados ao longo das várias crises que podem ocorrer, podendo aprender a aceitar os desafios que uma criança deficiente coloca. O ambiente positivo criado por uma equipe de profissionais e por grupos de apoio pode ajudar a melhorar a sua capacidade para enfrentar e ultrapassar estes desafios. Cada núcleo familiar e cada indivíduo são entidades únicas, apresentando características e capacidades que os individualizam. Para estas entidades, é essencial que seja criado um ambiente positivo. Os pais e os professores precisam de desenvolver a consciência individual da criança, enfatizando as qualidades, os pontos fortes e os talentos que a tornam única. Desde que lhe seja dada a oportunidade para tal, toda a criança com NEE pode dar o seu contributo para a experiência familiar.

### 5.3 A inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais

É possível afirmar que no século XX o atendimento as pessoas deficientes melhorou muito, surgindo muitos documentos que lhes garantiam seus direitos como cidadãos.

2792

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como a educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial. (CARVALHO, 2010, p. 17.).

Houve uma significativa atenção as crianças com deficiência desenvolvendo especialidades e programas de reabilitação específicos. As pessoas com deficiência sejam elas até mesmo amputados, cegos e outras deficiências físicas e mentais, passam a ser objeto de debate e de ações políticas, de formas variadas nos diversos países nos últimos anos.

Com isso, a escola a escola que inclui é aquela que além de oferecer o acesso das crianças portadoras de necessidades especiais e de outras pessoas que de alguma forma sofrem algum preconceito (índio, negro, o estrangeiro, etc.), é aquela que garante a permanência e o sucesso dos alunos. Isso é um desafio constante a todos. Conforme Gomes (2001, p. 49) a construção de uma escola inclusiva de sucesso, só pode ocorrer se anteriormente existir educação, sociedade, família, mentes inclusivas, caso contrário o que se aprende e constrói na escola pode ser perdido com facilidade nos demais ambientes de convívio social, porque “O que nos faz semelhantes ou mais humanos são as diferenças”.

O sucesso de toda escola só acontece quando há a participação e a integração de todos os envolvidos no processo educacional: docentes, direção, orientação, pais, alunos, políticos empenhados, e toda a comunidade em geral. Para nortear esses trabalhos faz-se necessário ter objetivos bem claros, políticas públicas definidas e acessíveis, projeto político pedagógico que condiz com a realidade, fundamentação teórica relacionada com a prática, pois conforme cita Fumegalli (2012, p.9) “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de rejeição”.

“Nota-se que, embora com uma roupagem contemporânea, a escola os detalhes ou ‘sondar o que cada um conhece’. Esse poder é disciplinar na medida em que esquadrinha cada um e, a partir de um saber que lhe é próprio, atua no exercício de um poder que determina o espaço de atuação do outro” (WRIGHT, 1994, p. 21).

Na escola inclusiva, este saber cabe ao profissional do Atendimento Educacional Especializado, o que não exime os demais professores do processo, mas define o campo da Educação Especial como suporte para professores e estudantes na efetivação da inclusão. Ainda há muitos professores que ainda têm dúvidas sobre as práticas pedagógicas que devem usar, ganhando assim uma aliada: a professora da sala de recursos.

2793

Varela (2010, p. 53) entende que:

Neste movimento de definições de novos papéis e atribuições para os profissionais da educação inclusiva, não há como descartar a ideia de que as práticas de classificações e hierarquizações dos sujeitos e saberes são geralmente aceitas como parte do trabalho, como dadas, como naturais.

Esse reconhecimento intrínseco faz com que sua lógica de funcionamento seja aprofundada e assumida como saber pedagógico, torna possível o mito da neutralidade da ciência e ao mesmo tempo naturaliza e legitima as relações de força, as relações de dominação que exercem determinados grupos sociais sobre outros. De acordo com Silva e Henning (2014, p.98) São essas relações de força e dominação, assim como um saber pedagógico específico, que irão ditar onde e quando um sujeito irá aprender, que vão definir o campo de atuação de uma dada ciência pedagógica a ponto de dizer quem é responsável por tal ação na escola.

A função atribuída ao profissional da educação especial a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) pode ser entendida segundo a lógica da sanção normalizadora. Ao tratar de uma das funções deste profissional a Revista Nova Escola diz que “ele pode atuar na sala comum de longe, observando se o material está sendo corretamente usado”,

e afirma ainda, a respeito dos professores da classe regular que “quem souber se adaptar não correrá o risco de perder espaço”, tal postura pode ser identificada como uma prática de normalização, evidenciando uma sanção normalizadora (Silva e Henning, 2014, p. 101).

Portanto, os desafios ainda são enormes e tanto pais quanto professores problematizam a dificuldade da inclusão escolar dos deficientes, principalmente no que se refere a dificuldades de esses alunos acompanharem os conteúdos ministrados na sala de ensino regular. Conforme Silveira e Neves (2006, p. 82), o olhar inclusivo sobre as escolas especiais ou regulares, deve ser um olhar de mudanças e inquietações, que vem assinalar a necessidade de transformações no sistema educacional, no sentido de considerar as pessoas, suas histórias, concepções, percepções, crenças, experiências e trajetórias pessoais. Neste sentido, a formação profissional passa a ser uma questão central para a implantação da escola inclusiva. Acima de tudo, a predisposição para perceber o aluno como ser cognocente e se perceber como peça-importante no desenvolvimento do aluno, de forma a co-responsabilizar-se pelas mudanças que urgem serem realizadas no processo educacional, se traduz como uma questão urgente a ser enfrentada no trabalho com os professores.

Assim, garantir um espaço de informação/formação/redefinição poderia colaborar no sentido de promover debates sobre os fatores referentes às baixas expectativas dos pais e professores em relação ao desenvolvimento e à aprendizagem dos deficientes múltiplos, articulando-os para cobrarem de todo o sistema educacional posturas e práticas de qualidade. A escola deve estar aberta, em todo momento, à participação dos pais dessas crianças, inclusive no que se refere à presença em determinadas aulas, para que esteja claro, para os pais, a seriedade da proposta pedagógica específica para seu filho, bem como para que se possa instrumentalizar os pais para atividades possíveis de serem realizadas em casa.

Evidencia-se ainda a necessidade de realização de políticas públicas, destinadas à população em geral, a respeito da necessidade de todos terem ações de tolerância à diversidade humana. Sabe-se, que as ações dos profissionais que lidam com o público é, também, função de políticas internas das instituições. Ainda com relação às políticas públicas, elas não que propiciar maior investimento em materiais pedagógicos, próteses e órteses e recursos de adaptação para as escolas inclusivas, a fim de se garantir meios que facilitem a acomodação, comunicação e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, assim como se deve questionar a eficácia dos treinamentos e cursos destinados aos professores que lidam com esses alunos. Desta forma, a inclusão remete à urgência da transformação de toda a realidade social e escolar (Silveira e Neves, 2006, p. 84).

De acordo com Carvalho, Rocha e Silva (2006, p. 19) na escola, preconiza-se as mudanças relacionadas ao acolhimento do sujeito como ser em constante construção e

desenvolvimento. O conhecimento deve ser percebido não como algo determinado e acabado, mas como o produto da co-construção gerado pela interação entre o indivíduo, o meio físico e as relações humanas. Portanto, isso significa a reflexão sobre as concepções que permeiam as construções cognitivas de pais, de professores e de todos os agentes da escola, que culminem em práticas em que a prioridade seja dada à mediação do outro, em se tratando da disponibilização dos bens culturais à participação do deficiente múltiplo.

#### 5.4 Qual o papel do professor e da escola no ambiente da educação inclusiva?

Conforme cita Segate (2011, p. 6 e 7) hoje, quando nos propomos a ser professores, já devemos ter consciência de que as salas de aula são múltiplas, de que inclusão significa que no mesmo ambiente estarão alunos especiais, e os considerados “normais”. Há sim muitas deficiências na formação dos professores:

[...] no que tange a prática escolar, os professores experimentam muitas dificuldades, pois muitos deles tiveram uma formação calcada no reprodutivismo, na mera transmissão do conhecimento e na ausência de teorias que oferecessem subsídios para o trabalho com os alunos especiais.” Quando se pensa na educação para todos, em inclusão, a formação de um professor que seja um profissional atento as necessidades desta nova conjuntura e que de fato acredite nesta possibilidade, é essencial (Segate, 2011, p. 15).

2795

Se a formação é uma troca de experiências, uma interação social e um sem fim de relações, então, é possível dizer que estamos sempre em processo de construção do conhecimento e que a variedade de alunos que um professor vai ter é positiva para a sua formação já que precisa construir métodos e procedimentos que visem atender à diversidade de estilos e ritmos dos estudantes, para que o processo de construção do conhecimento seja vivenciado de forma contextualizada e prazerosa. Neste processo de constante aprender, vemos de novo a afirmação de que “o professor deve estar atento aos aspectos ligados à socialização, à participação e à afetividade dos estudantes, pois todos somos indivíduos carregados de emoções que são afloradas durante a troca de saberes na sala de aula (SANTOS, 1999 apud WALLON, 1975; p. 10).”

A escola continua sendo o local onde há construção de valores, para que a sociedade seja cada vez mais democrática e menos desigual e, mesmo com tantas dificuldades, com políticas públicas não abrangentes, incoerentes e distantes da prática, é na escola que boa parte das práticas inclusivas se efetiva, por isso, as diferenças devem servir para transformar e não serem vistas como obstáculos.

Apesar da inclusão ser um processo obrigatório para as escolas, elas não tem o amparo devido, faltam materiais, falta estrutura para que este direito a diversidade se efetive mas, mesmo assim, a escola, os alunos, os professores e a comunidade é quem ganham quando conseguem trabalhar a inclusão de maneira leve e pensada, já que a diversidade proporciona a todos os envolvidos abrir o “leque” de suas experiências para um aprendizado que vai além dos muros da escola, por que muda a perspectiva social. (...) podemos inferir que o sucesso ou insucesso da aprendizagem da criança com deficiência é reflexo da intervenção pedagógica e também do perfil do professor que, com ela, atua como mediador no processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, uma boa formação de professores é essencial para que haja mudança na mentalidade dos professores que ainda resistem a inclusão escolar, já que, se bem formados, conseguirão enxergar que a inclusão favorece o respeito, a ajuda ao próximo, a sensibilidade e a interação com todos, sem distinção (Aquino, 2006, P.171.).

Segundo CARVALHO (2006. 74 a 76) no ambiente de Educação Inclusiva, o papel do professor é:

Valorizar as diferenças – ser diferente e único é uma característica de todo ser humano;

Descobrir e valorizar as potencialidades – cada um tem capacidades próprias; devem ser descobertas, proclamadas, cultivadas e exploradas;

Valorizar o cooperativismo – promover a solidariedade entre crianças com deficiência e seus colegas. O aluno sem deficiência aprende a ajudar alguém em suas reais necessidades e isto diminui tabus, mitos e preconceitos;

Mudar sua metodologia – individualizar o ensino, trabalhar de forma diversificada, avaliar permanente e qualitativamente;

Oferecer, quando necessário, serviços de apoio para suprir dificuldades individuais– alunos que necessitam devem utilizar outras modalidades de serviços: reforço, professor itinerante, sala de recursos, desde que associados ao que está aprendendo na sala regular.

2796

O professor deve estar atento à interação estabelecida entre os alunos com e sem deficiências, promovendo, não só as aprendizagens acadêmicas, como o relacionamento entre eles e o aumento da auto-estima da criança com deficiência, auxiliando sua integração na classe. Assim o professor exercita sua competência em realizar projetos educacionais mais completos e adaptados às necessidades específicas dos seus alunos e desenvolve a responsabilidade pela aprendizagem de seus alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que as crianças tenham uma experiência educativa compensadora, os pais têm de ser também envolvidos no processo de inclusão. O professor, antes da colocação da criança na classe regular, deve convocar reuniões com os pais e deve, igualmente, convidá-los a visitar a classe em questão. É de primordial importância abrir portas de comunicação

com os pais. Logo que tal aconteça, o professor da classe regular comunicará regularmente com os pais, a fim de os manter informados acerca dos progressos do aluno, dos trabalhos que lhe foram solicitados e de quaisquer projetos futuros em processo de planificação.

Segundo Wright (1994) é frequente que os pais sejam abalados por fortes sentimentos de culpa, podendo mesmo atribuir a si mesmos a responsabilidade pela problemática da criança. Por vezes, culpam igualmente os médicos ou outros profissionais, incluindo os professores. É importante que estes últimos não tomem a atitude dos pais de forma pessoal. O professor deve fazer sentir aos pais que se preocupa, que "está do lado deles", e que quer que a criança desenvolva todo o seu potencial individual. É também importante que o professor perceba que a atitude dos pais, muitas vezes, revela unicamente uma tentativa de encontrar uma justificação para a sua situação extremamente difícil. Os educadores devem, por isso, ter sempre presente o facto de as ações da maior parte dos pais representarem tão-só a sua tentativa de educar os seus filhos da melhor forma.

Se por um lado a educação Inclusiva enfatiza a qualidade do ensino digno para todos, por outro a escola precisa urgentemente se reorganizar para dar conta da multiplicidade de questões inerentes ao trabalho educacional.

2797

Conforme mostrado neste artigo, a partir dos anos de 1980 se tem uma maior preocupação em inserir as camadas mais pobres da população na educação, com isso, tem-se programas que auxiliam no processo de inserção destes alunos na educação básica. O Brasil é um país de diversidade e de desigualdades e o meio escolar é um dos locais onde podemos observar isso. A Constituição assegura o direito à educação para qualquer pessoa, sem distinção. Ao observar esta semana uma escola do Ensino Médio, prestei atenção nas diferenças existentes nos alunos, desde a forma de se vestir, de pensar, de ser.

A escola é constituída e parte constituinte da sociedade, pode-se dizer que são intrínsecas. Difícil pensar em uma escola que seja algo estranho/ diferente da sociedade. Mesmo que se esboce alguma forma educacional diferente, toda a estrutura societária deverá contribuir para as mudanças que queremos, caso contrário, este movimento não passará de algo isolado e causará pouco efeito nos envolvidos. Neste sentido, Aquino (2006, p. 203) diz:

Sabemos que apesar das melhorias e mudanças de paradigmas excludentes, ainda vemos na atualidade muito preconceito, maus tratos, discriminação, negação de direitos instituídos às pessoas com deficiência. Acreditamos que ao fortalecermos nossas mentes de conhecimento sobre o assunto, somado ao amadurecimento das civilizações e o avanço dos temas ligados à cidadania e aos direitos humanos

podemos lutar pelo direito à educação e dignidade das pessoas com deficiência. A inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar. A pedagogia adotada na escola inclusiva deve ser a pedagogia voltada à criança como um todo. A escola deve buscar refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e verificar se ele está voltado para diversidade.

Hoje não se trata mais as crianças como diferentes, melhores ou piores umas que as outras, mas sim da necessidade da escola conhecer a diversidade com que trabalha para que realmente possa desenvolver um bom trabalho, que atinja a todos, sem ser excludente. Carvalho & Tureck (2006, P.65) citam ainda que,

[...] não se deseja a uniformização das crianças, ou seja, que sejam todas consideradas iguais, pois cada ser é único, e merece ser tratado como ser especial, realmente único como é. Nesse processo objetiva-se apenas a inclusão de todos, e esta deve ocorrer não só na escola mas em toda a vida social da pessoa.

Portanto, é importante que o professor e toda a comunidade escolar (diretor, funcionários, alunos e pais) se lembrem de que todo aluno pode, a seu modo e respeitando seu tempo, beneficiar-se de programas educacionais, desde que tenha oportunidades adequadas para desenvolver sua potencialidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gabriela. **A construção de uma escola inclusiva**. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. 2015, p. 7. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducespio3.htm> > Acesso em 13 junho 2024, 23h51m.

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e Preconceitos na Escola: Alternativas teóricas e práticas**. 6ª Edição. São Paulo – SP: Editora Summus editorial. 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP: Brasília, 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. 9ª Edição. Porto Alegre. Editora Mediação. p. 34.

CARVALHO, Alfredo R. de; ROCHA, Jomar V. da; SILVA Vera L. R. R. da. **Pessoas com deficiência, aspectos teóricos e práticos**. Cascavel - PR: Editora Edunioeste. 2006. P. 19- 38.

CARVALHO, José Roberto; TURECK, Lucia T. Zanato. **A pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate**. Cascavel – PR: Editora Edunioeste. 2006. P.65.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão Escolar: O desafio de uma educação para**

**todos?**. Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2012, p.9. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamonografia.pdf?sequence=1>> Acesso em 12 junho 2024, 20h08m.

GOMES, Nilma Lino. **A educação e a cultura afro**. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. SP. 2001. p. 49 Disponível em: <<http://www.ensinoafrobrasil.org.br/portal/>> Acesso em 04 julho 2024, 01h02m.

KASSAR, Monica; SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002. P. 201.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Especial: História, etiologia, conceitos e legislação vigente**. Bauru - SP. 2008. p. 7 – 19.

SANTOS, Monica Pereira dos. **Formação de Professores: Exercitando proposta de Inclusão**. São Paulo – SP. 1999. p. 10. Disponível em <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/Forma%20prof%20Exercit%20Prop%20de%20Inclusao.pdf>> Acesso em 26 junho 2024, 16h12m.

SEGATE, Aline. **A formação docente para a inclusão escolar de alunos especiais**. Uberlândia. 2011. p. 6 – 15.

SILVA, Gisele Ruiz; HENNING, Paula Corrêa. **As artes de educar: Rastros da escola moderna na constituição de uma escola inclusiva**. FURG – Universidade Federal do Rio Grande. 2014. p 97- 102. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10249/7035>> Acesso em 20 junho 2024, 14h50m.

2799

SILVEIRA, Flávia Furtado; NEVES, Marisa Maria Brito da Justa. **Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções dos Pais e dos Professores**. Universidade de Brasília. Brasília, GO. 2006. p. 82-95. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29847.pdf>> Acesso em 25 junho 2024, 23h00m.

VARELA, Julia. **O Estatuto do Saber Pedagógico**. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.87-96.

WRIGHT, Betty Ren. **Minha irmã é diferente**. Tradução e adaptação: F.L.de Almeida, São Paulo, Editora Ática, 1994. p. 21-23.